

Novo Governo e Negociação Externa dívida

Antonio Dias Leite

Negociar a dívida externa, negociar as condições do comércio, negociar sempre no campo internacional, por mais difícil que possa ser, em algum momento, a nossa posição. Esta a opção que haverá de adotar o novo governo se quiser inserir o país no domínio dos países desenvolvidos.

Ao contrário, a preguiça de negociar, o discurso demagógico e o repúdio da dívida nos levarão ao isolamento e à redução do intercâmbio comercial e tecnológico com os países desenvolvidos. Caminharemos na direção do terceiro mundo.

Poucas matérias em discussão nesta campanha para a eleição do Presidente da República deram lugar a tão variadas manifestações ideológicas, demagógicas e escapistas.

Há uma posição ideológica, anticapitalista e antiamericana, para a qual interessa o repúdio da dívida que nos levaria ao afastamento do mundo capitalista no qual estão sediados os nossos credores. A posição demagógica se funda na convicção de que a maioria da sociedade tenderia a acreditar que o Brasil é uma vítima dos banqueiros internacionais e de suposta irresponsabilidade dos governos militares. A posição escapistá procura fugir a definições como fórmula de sabedoria política. Tem-se falado muito, também, enfaticamente, em soberania, muitas vezes sem a devida consideração pelas condições reais necessárias ao exercício dessa soberania de forma eficaz.

Em outra posição extrema, trata-se de resolver uma questão de fato. A dívida externa aí está e o país não pode pagá-la, nos termos em que foi contratada. Também não foram felizes as renegociações até aqui efetuadas. O impasse tem que ser resolvido em termos de uma negociação com os credores, bancos particulares, agências internacionais e governamentais localizadas nos países desenvolvidos. Há que negociar.

Cabe, nessa hipótese, a tese de que a economia interna tenha prioridade so-

bre a externa, e que a renegociação da dívida não deve ser realizada durante a primeira etapa, de emergência, do novo governo, pois dois motivos principais:

I — O Brasil tem descumprido acordos — justos ou injustos, acertados ou equivocados — sobre a dívida externa. As agências financeiras oficiais e os Bancos privados credores aguardarão demonstrações concretas de seriedade do novo governo na condução do programa econômico;

II — Só depois de conhecermos os primeiros efeitos do novo plano econômico interno que for adotado e da nova regulação do comércio sobre as várias parcelas das transações com o exterior, é que se poderá avaliar, com maior segurança do que hoje, a nossa capacidade de servir à dívida externa. Esse conhecimento é necessário para que se possam estabelecer as bases de uma negociação realista e exequível com os credores.

É óbvio que, ao assumir o novo governo, terá ele que se entender com os credores, em termos provisórios, sobre as condições que poderão vigir durante os meses de implementação do plano de emergência interno. Nesse período, pagar-se-á o que for possível, sem reduzir as reservas internacionais do país que são vitais para assegurar a normalidade das transações com o exterior.

A decisão do novo governo poderá ser no sentido de precipitar a negociação externa, quaisquer que sejam as suas consequências, na convicção de que se trata de instrumento útil para o combate à inflação e para assegurar prestígio político interno. Ao contrário, poderá ser no sentido de adiar a negociação para a época em que se tenha completado a grande e necessária operação de saneamento financeiro interno, na hipótese de ter sido adotado plano econômico enérgico e rápido. Caminharemos nesta hipótese para uma negociação racional, para a aproximação com o mundo desenvolvido e para a retomada do nosso próprio desenvolvimento.